



Atual 1 Fundos comunitários

Governo prolonga suspensão de verbas do QREN

Preocupação. Associação de Municípios contesta decisão e exige saber quando é que estes fundos comunitários serão reafetados

PAULA SÁ e NUNO AGUIAR

O Governo prolongou a suspensão de verbas do QREN que estavam destinadas a projetos por executar há mais de seis meses. Numa recomendação enviada às autoridades de gestão dos Programas Operacionais, o secretário de Estado adjunto da Economia, Almeida Henriques, mantém a decisão de congelar cerca de 1500 milhões de euros de fundos comunitários por executar até que a chamada "operação de limpeza" esteja concluída.

Fonte do Governo garantiu ao DN que a decisão foi tomada apenas porque a operação que envolve a reavaliação de cerca de 2200 projetos – muitos dos municípios, mas também do setor privado – "não foi concluída" no prazo dos 30 dias estipulado pelo Conselho de Ministros.

A Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) reagiu mal a esta decisão do Ministério de Álvaro Santos Pereira, porque teme que o "congelamento" das verbas se prolongue até à elaboração do plano de reprogramação estratégica do QREN, que não tem um prazo definido. Ribau Esteves, presidente da Câmara de Ílhavo e responsável na ANMP pelos fundos da UE, exige do Governo esclarecimentos sobre esta matéria.

"Temos o único instrumento financeiro para dinamizar a atividade económica e o emprego parado", diz o autarca, que explica que "esta situação é particularmente dramática para as autarquias que já realizaram despesa com projetos a contar com um cofinanciamento que não sabem se vão receber". E deixa uma pergunta provocatória: "Será que esta decisão não é já reflexo do novo modelo de gestão do QREN, que quem manda é o ministro das Finanças? Apesar

de se arrastar a suspensão das verbas do QREN, o Governo tem prometido celeridade ao processo de reavaliação dos projetos sem ou com baixa execução há meio ano.

A realocação dos fundos do QREN que não estão a ser utilizados – e que o Executivo se propõe canalizar para o crescimento económico e criação emprego – significará provavelmente uma poupança para o Estado e empresas portuguesas, que poderá dar uma ajuda importante a Vítor Gaspar para reduzir o défice orçamental este ano. Porque? A explicação é simples. Todos os projetos executados com fundos comunitários exigem uma participação nacional. Até há alguns meses, representava, em média, 25% do total de investimento. No entanto, esse valor foi reduzido por Bruxelas para 15%. Uma fatia a que o Estado português está obrigado caso queira utilizar as verbas comunitárias.

Os contratos destes projetos suspensos foram assinados, envolvendo uma comparticipação nacional média de 25%. Logo, a assinatura de novos contratos deverão beneficiar de uma participação nacional mais baixa, de 15%. Num contexto de um investimento de 1500 milhões de euros, a participação nacional desceria de 375 milhões de euros para 225 milhões. Menos 150 milhões de euros, que, na sua maioria, deverá significar uma poupança para o Orçamento do Estado.

Mas a poupança pode ser muito superior, se todos os projetos forem cancelados. Optar por cancelar a utilização de todos os fundos que falta executar significará gastar menos dinheiro. Claro que isso terá consequências negativas. Reduzir o investimento significa apoiar ainda menos a economia, numa altura de enorme contração do investimento público.

1500
milhões de euros e a verba envolvida na operação limpeza que visa desafetar verbas do QREN de projetos sem execução há seis meses

2200
e o número de projetos que estão em reavaliação pelas autoridades de gestão dos programas operacionais

15%
é agora o total de investimento que o Estado tem de fazer de cofinanciamento dos projetos apoiados pelo QREN

35,2%
é a taxa de execução de Portugal dos fundos comunitários, que é uma das melhores percentagens da UE

P&R

> O que é o QREN?

A sigla significa Quadro de Referência Estratégica Nacional.

Para que serve?

Enquadrar a aplicação da política comunitária de coesão económica e social em Portugal. Ou seja, indicações sobre como utilizar os fundos europeus por Portugal, provenientes do orçamento comunitário 2007-2013.

Quanto dinheiro tem direito Portugal?

Foi atribuído um envelope de 21,4 mil milhões de euros em fundos comunitários, que Lisboa terá de executar. Desta verba, já foram gastos 7,5 mil milhões de euros. Isto é, cerca de 35,2%. Uma das melhores percentagens de execução da UE.

De onde vem o dinheiro?

Destes 7542 milhões de euros, 3330 milhões têm origem no Fundo Social Europeu (FSE) e 4211 milhões vêm do Feder e do Fundo de Coesão. "Os pagamentos intermédios executados no FSE representam 48,7% da dotação FSE reprogramada no QREN para o período 2007-2013, bem acima da média europeia verificada no FSE, de 29,8%." Quanto ao Feder e ao Fundo de Coesão, os 4211 milhões "representam 28,9% da dotação destes Fundos reprogramada no QREN para 2007-2013 acima da média europeia de 26,3%, para estes dois fundos", esclarece o comunicado.

O que está o Governo a fazer agora?

O Executivo anunciou uma "operação de limpeza" ao QREN, que envolverá o congelamento de 2200 projetos sem execução física há mais de seis meses ou execução financeira inferior a 10%, num total de 1500 milhões de euros.

Que consequência pode essa medida ter?

Há várias hipóteses em cima da mesa. O Governo pode decidir manter tudo na mesma, assinar novos contratos para novos projetos ou simplesmente não utilizar estes fundos. A segunda e a terceira hipóteses implicarão uma poupança para o Orçamento do Estado, seja por via de uma participação nacional mais reduzida ou pela eliminação da mesma. A terceira via terá provavelmente consequências negativas para a atividade económica e para o emprego.

Santos Pereira coordena e Gaspar decide

COMISSÕES A decisão de Pedro Passos Coelho de atribuir ao ministro das Finanças a "última palavra" na gestão dos fundos estruturais, incluindo o QREN, gerou uma pequena tempestade no Governo. O diploma que alterava o modelo de gestão dos fundos comunitários esteve à mesa do Conselho de Ministros (CM) de 2 de Março, sem a pre-

sença do líder do Governo, e vários ministros insurgiram-se contra a passagem do poder decisório dos destinos do QREN para as mãos de Vítor Gaspar. O próprio Santos Pereira terá feito saber do seu desconforto com a decisão. E o diploma ficou também ele congelado à espera do regresso de Pedro Passos Coelho de Bruxelas, de mais uma

cimeira europeia. O novo modelo foi aprovado no CM seguinte e Passos quis passar a ideia de ter posto um ponto final na polémica com uma decisão salomónica: o ministro Santos Pereira continua responsável pela gestão do QREN, mas... "Vítor Gaspar tem a última palavra" e coordena a comissão interministerial que decide a sua reafetação.



Ministro da Economia bloqueia 1500 milhões do QREN

PROTESTOS Associação de Municípios contesta decisão de Álvaro Santos Pereira e teme efeitos que o “congelamento” das verbas pode causar ao País. “Operação Limpeza” lançada pelo Governo já travou 2200 projetos. Os autarcas exigem saber porque foi parado “o único instrumento financeiro para dinamizar atividade económica e o emprego”. **ATUAL PÁG. 2**